PRESTÍGIO E PRECONCEITO LINGÜÍSTICOS

Cláudia Roncarati

RESUMO

Trata-se de artigo em que se explora a definição de prestígio e de sua contraparte, o preconceito lingüístico, em diferentes áreas do conhecimento, enfatizando a correlação entre ambos no cerne do problema da avaliação lingüística à luz da Sociolingüística. Enfoca-se, também, a visão laboviana da comunidade lingüística como educadora. Apresentam-se evidências de preconceito lingüístico em uma pesquisa exploratória sobre um teste de atitudes e crenças lingüísticas aplicado a alunos e professores.

PALAVRAS-CHAVE: Prestígio e preconceito lingüísticos; o problema da avaliação lingüística; comunidade lingüística; teste de atitude; teste de crença.

À guisa de introdução[1]

A questão do prestígio lingüístico e da sua contraparte, o preconceito lingüístico, é um dos temas mais afetos à pesquisa sociolingüística. No entanto, a definição do prestígio não é um apanágio restrito a esse ramo de saber. Outras áreas do conhecimento também dela se ocupam. Para

[1] Este artigo é uma versão revista e ampliada de uma palestra intitulada *Preconceito lingüístico: uma pesquisa exploratória sobre atitudes e crenças lingüísticas*, proferida, em setembro de 2007, no Seminário 'Preconceito lingüístico ou social', patrocinado pelo Diretório Acadêmico da UFF e organizado pelo estudante de graduação Carlos Brown.

Londoño, Estupiñán e Idárraga[2], por exemplo, o conceito de prestígio lingüístico deve ser dimensionado em pelo menos três enfoques: o sociológico, o lingüístico e o sociolingüístico.

O primeiro deles, o sociológico, delimita os contornos dessa noção a partir do construto da estratificação social baseada em quatro variáveis: ocupação, classe, *status* e poder. Em linhas gerais, a ocupação refere-se ao conjunto de atividades formais ou informais que constituem a fonte principal dos ingressos econômicos; a classe – termo de complexa explanação[3] – refere-se à quantidade e à fonte de ingressos com os quais se obtém os objetos necessários à sobrevivência; o *status*, à obtenção do respeito; o poder, à capacidade de realização da vontade, ainda que à custa da vontade dos outros indivíduos. Contudo, conforme adverte Moreno Fernández[4], não se obtém prestígio somente através da ostentação de um poder imposto sobre a vontade dos demais.

Nesse viés sociológico, há um outro enfoque, o funcional, que, por um lado, considera que um estrato ou uma posição social estão determinados pela importância funcional relativamente ao número de indivíduos capazes de ocupá-los e, por outro, que o prestígio mantém uma relação direta com o grau do desempenho satisfatório de uma função na sociedade (um operário, por exemplo, só conseguiria aumentar seu prestígio se seu desempenho obtivesse um alto grau de aceitação social). Há, portanto, uma correspondência estreita entre o prestígio e a funcionalidade da pessoa na sociedade.

---

2 LONDOÑO, Rafael Areiza; ESTUPIÑÁN, Mireya Cisneros; IDÁRRAGA, Luis Enrique Tabares. *Hacia una nueva visión sociolingüística*. Bogotá: Ecoe Ediciones, 2004. p. 91-104.

3 Em termos sociolingüísticos, para Chambers, o conceito de classe social é inerentemente intrincado, especialmente se comparado a outras segmentações sociais como idade e gênero/sexo. Esse autor considera que a noção de classe deve ser vista como um *continuum* e não como um conjunto discreto de estratos ou hierarquias. Nesse sentido, a classe é mais bem definida com base em membros prototípicos, ou seja, com base naqueles indivíduos pertencentes a categorias que ocupam uma posição intermediária ou medial na estratificação social e não entre aqueles que estão na fronteira entre as classes que se encontram na base ou no topo da pirâmide social. Os subelementos da classe social incluem educação, ocupação e tipo de moradia. A classe de um indivíduo tende a ser semelhante àquela de seus pais ou àquela dos adultos por ele responsáveis. Mas em sociedades menos fechadas a estratificação social permite maior mobilidade social e acesso às classes mais prestigiadas. Ver: CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic theory* – linguistic variation and its social significance. Oxford UK/Cambridge USA: Blackwell, 1995.

4 Cf. MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. *Metodologia sociolingüística*. Madrid: Gredos, 1990. p. 190.

No âmbito lingüístico, o prestígio lingüístico alia-se simultaneamente a injunções sociais (extralingüísticas) e lingüísticas que configuram uma variedade e qualificam seu uso como prestigioso, estandardizado, ou estigmatizado. A outorga de prestígio é afetada pelo grau de influência de agências emblematicamente simbólicas e institucionalizadas, tais como a norma acadêmica, a correção gramatical, a adequação pragmático-lingüística dos enunciados às situações comunicativas e a aceitabilidade sintático-semântica (que não deve ser confundida com a norma, já que se relaciona às distintas alternativas sintático-semânticas de que os usuários da língua dispõem a partir de um sistema de produção de sentidos dentro de um determinado grupo sócio-cultural. Assim, um uso pode seja aceito em uma dada comunidade lingüística ou da fala, mas rejeitado em outra).

Já no escopo propriamente sociolingüístico, o prestígio pode ser mensurado com base na ocupação (prestígio do indivíduo, atributos de sua reputação e de seu posto social) e na atitude (prestígio como conduta, abalizado pelo uso de formas e posturas social e culturalmente valorizadas e conferido a partir da interação entre membros de distintos grupos). Nesse domínio, distingue-se também entre prestígio vertical ou externo (entre classes ou grupos sociais, influenciando, por exemplo, a imitação de condutas de classes mais altas por aquelas de classes mais baixas) e horizontal ou interno (no interior de cada classe ou grupo social, influenciando, por exemplo, a propagação de inovações ou mudanças lingüísticas).

O problema da avaliação lingüística

Delimitada, em seus delineamentos gerais, a noção de prestígio em distintas áreas do saber, vamos tratar agora, mais sistematicamente, do tópico nuclear do tema em pauta: a questão dos contornos metateóricos em que se inscreve a noção de prestígio e de preconceito lingüísticos sob o ponto de vista sociolingüístico.

Nesse enquadre, conforme apontam Roncarati e Cyranka[5], não é possível discutir preconceito e prestígio lingüísticos e temas a eles afetos, como

[5] Cf. CYRANKA, Lúcia F. Mendonça; RONCARATI, Cláudia. Crenças de professores e alunos de português de escolas públicas de Juiz de Fora-MG. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro II* – contato lingüístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: FAPERJ/ EdUFF, 2008. p. 172.

testes de atitudes e crenças lingüísticas, sem se levar em conta um dos pilares sustentadores da inquirição sociolingüística sobre a variação e a mudança lingüística: o problema da avaliação lingüística que

> [...] diz respeito a qualquer nível de atenção dos falantes em relação à fala e busca compreender de que maneira os membros de uma comunidade de fala avaliam determinada mudança, qual o efeito dessa avaliação na mudança e até que ponto o estigma social influencia diretamente o curso da mudança lingüística[6].

Segundo Weinreich, Labov e Herzog[7], o programa de investigação da Sociolingüística contempla cinco problemas fundamentais: o problema dos condicionamentos (Há uma direção geral da mudança lingüística? Que fatores determinam as mudanças possíveis e em que direção elas acontecem? Que restrições determinam mudanças possíveis e impossíveis e direções de mudança? Quais são as forças universais que atuam sobre a mudança lingüística?); o problema da transição (De que maneira uma língua muda? Como a língua passa de um estágio a outro? Como identificar a rota entre duas etapas de uma mudança lingüística? Como dar conta da transmissão de regras lingüísticas de uma geração a outra?); o problema do encaixamento (De que maneira uma mudança lingüística se encaixa no sistema de relações lingüísticas e na matriz social circundante? Que mudanças se encontram associadas a determinadas mudanças de uma maneira não acidental?) e aquele da avaliação lingüística.

Um dos desideratos da avaliação lingüística é o estudo das respostas e reações subjetivas dos membros da comunidade diante de uma determinada mudança em curso. Essas respostas e reações perpassam todos os níveis de consciência, desde a discussão manifesta até aquelas reações inacessíveis à introspecção. A maior parte dos estudos trata de reações manifestas diante de mudanças que alcançam um certo nível de atenção consciente. E tais reações tendem a ser universalmente negativas.

---

6 Cf. loc. cit.

7 WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMAN, W.; MALKIEL, Y. (Org.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

Grosso modo, distinguem-se dois níveis de avaliação: aquele da mudança lingüística pelos próprios membros da comunidade de fala (seu significado social) e aquele da avaliação da mudança pelos próprios lingüistas, que se ocupam em examinar, sistematicamente, como um sistema pode mudar sem reduzir sua eficiência em sua função referencial, primordial de comunicar.

Para Labov[8], os valores sociais atribuídos a duas formas lingüísticas, uma padrão ou conservadora e outra inovadora, freqüentemente simbolizam também uma oposição entre valores sociais. O ponto de relevo a destacar é que tais valores sociais podem alcançar o nível de conscientização social e se tornarem estereótipos, sujeitos à correção social irregular ou, então, podem permanecer abaixo do nível como marcadores inconscientes. Mas em estágios mais avançados, uma das formas vai prevalecer; mas nem sempre uma forma tida como inovadora ganha, a sua concorrente conservadora pode ganhar, instaurando-se, assim, um movimento de retração (mudança regressiva) e não de avanço (mudança progressiva). Segue-se um longo período quando a forma desaparecida é usada como fonte de estereótipo até ser completamente extinta. Se a antiga pronúncia é preservada em topônimos ou formas fixas, é ouvida como uma irregularidade sem sentido.

Teoricamente, é preciso distinguir, no problema da avaliação social atribuído às formas ou variantes lingüísticas, diferentes estágios de mudança[9]. A variação ocorre tanto no indivíduo como no nível da comunidade. Podem-se considerar diversos tipos de mudança: mudança implementada; estágio mais adiantado em vias de implementação; estágios de taxa média e mudança incipiente, ainda pouco detectada. No nível estrutural, ocorre uma difusão através do sistema lingüístico, em que o uso de uma forma ou variante parte de contextos mais restritos e vai atingindo contextos mais amplos com o decorrer do tempo. Em resumo, ocorre uma luta evolutiva entre as formas novas e as antigas, com as novas se espalhando tanto de um falante para outro como de um contexto lingüístico para outro.

---

[8] Cf. LABOV, William. On the use of the present to explain the past. In: HEILMANN, L. (Ed.). *Proceedings of the 11th International Congress of Linguistics*. Bologna: Il Mulino, 1975. p. 825-851.

[9] Cf. LABOV, William. Resolving the neogrammarian controversy. *Language*, v. 57, p. 267-309, 1981.

Os estágios iniciais costumam-se situar abaixo do nível de consciência dos membros de uma dada comunidade lingüística, e a mudança, então, mal é detectada ou trazida à consciência. Nos estágios mais adiantados de mudança lingüística, os grupos sociais menos adiantados exibem uma taxa maior de mudança do que os grupos liderantes para os quais a mudança está completa. Nesses estágios, a mudança estilística e a estratificação social começam a aparecer. Nos mais tardios, o reconhecimento social manifesto e a tendência à correção são mais acentuados, quase sempre em direção à forma mais conservadora. Os estereótipos passam a ser associados a atributos sociais negativos. Esse quadro sugere uma tendência universal de que quanto mais os falantes se tornam conscientes de qualquer mudança sistemática na língua, mais eles tendem a rejeitá-la.

A mudança lingüística leva, pois, em conta o prestígio das formas alternantes (variantes) em diferentes estágios de propagação da mudança lingüística. Contudo, nem sempre uma das variantes é menos prestigiada do que outra: a variação é passível de ocorrer tanto entre formas igualmente aceitas pela tradição normativa quanto entre formas de *status* normativo desigual. Agentes como escolarização, contato com escrita, mídia e origem social tendem a influir no aumento ou na diminuição da ocorrência de formas standards[10] (padrão ou conservadora).

Santos[11]sugere que as realizações se organizam em três subconjuntos de variação: (1) realizações sob estigmatização social mais ampla; (2) realizações não-estigmatizadas pela escola e (3) realizações sob estigmatização basicamente escolar.

---

[10] Conforme enfatiza Alkmin, “A variedade padrão de uma comunidade não é, como o senso comum faz crer, a língua por excelência posta em circulação, da qual os falantes se apropriam como podem ou são capazes. A variedade padrão é o resultado de uma atitude social ante a língua, que se traduz pela seleção de um dos modos de falar entre os vários existentes na comunidade e pelo estabelecimento de um conjunto de normas que definem o modo ‘correto’ de falar. Tradicionalmente, o melhor modo de falar e as regras do bom uso correspondem aos hábitos lingüísticos de grupos socialmente dominantes. Nas sociedades de tradição ocidental, a variedade padrão, historicamente, coincide com a variedade falada pelas classes sociais altas, pelo habitante de núcleos urbanos e pelos centros do poder econômico e do sistema cultural predominante”. ALKMIN, Tânia Maria. Sociolingüística. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à lingüística* – domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002. p. 40.

[11] Cf. SANTOS, Emmanoel dos. *Certo ou errado?* Atitudes e crenças no ensino da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Graphia, 1996.

Mollica[12], por sua vez defende a hipótese da existência de leis gerais e universais regulando a variação de uso da língua e diferentes graus de percepção/avaliação passíveis de serem dimensionados na tríade *uso, sensibilidade e valor social* dos fatos da língua. Evidências de estudos empíricos atestam uma equivalência entre perfil sociolingüístico, crenças e atitudes lingüísticas e corroboram o efeito da escolarização, da pressão escolar e da idade como parâmetros sociais determinantes. Tais parâmetros, a depender do fenômeno variável em foco, costumam agir imbricadamente. A variável sexo, por exemplo, não costuma ser o melhor indicador no caso de crenças e atitudes. Uma das evidências mais relevantes do trabalho de Mollica é a constatação entre grau de percepção e valor social: quanto menos notada ou percebida uma variante, menor é o grau de estigmatização a ela conferido. Em geral, formas que adquirem maior valor no mercado lingüístico e recebem assim avaliação positiva tendem a parametrizar-se com um alto grau de monitoramento e de letramento.

É necessário, contudo, destacar um aspecto importante: a pressão social não promove somente variantes standards, há contrapressões que prestigiam o uso da fala informal e vernacular.

Segundo Chambers[13], as forças que prestigiam a variante standard são mais cristalinas: a academia e as gramáticas tradicionais proscrevem usos mais coloquiais ou não abonados; pais de classe média defendem uma 'boa linguagem'; professores corrigem o uso dos alunos; cartas ao editor deploram usos não prescritos; um falante desculpa-se pelo seu modo de falar 'errado' ou por erros de ortografia ou gramática; não se reclama da hipercorreção na mídia ou da uniformidade de sotaque entre locutores de telejornais. Mas as pressões sociais que defendem a variante não-standard não tem "lobistas identificáveis".

Há, no entanto, um conjunto de normas encobertas que atribuem valores positivos ao vernáculo local e informal. Temos aí o fenômeno do prestígio encoberto, postulado por Labov[14].

---

[12] Cf. MOLLICA, M. C. Como o brasileiro fala, percebe e avalia alguns padrões lingüísticos. In: HEYE, J. (Org.). *Flores verbais*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1995. p. 121-129.

[13] Chambers, op. cit. p. 221-222.

[14] Cf. LABOV, William. *Language in the inner city:* studies in the Black English vernacular. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

A noção de prestígio encoberto está associada à noção da identidade social, ao orgulho lingüístico, à pertinência a uma dada classe social ou comunidade de fala. E, nesse domínio, como bem acentua Paiva[15], parece haver uma diferença entre o comportamento de homens e mulheres:

Para explicar a regularidade da correlação entre processos variáveis e a variável gênero/sexo, Trudgill (1974) avança a hipótese de que os homens, diferentemente das mulheres, atribuem um prestígio encoberto às formas lingüísticas (*covert prestige,* Labov, 1872). As variantes lingüísticas estigmatizadas pela comunidade de fala possuem, muitas vezes, uma função de garantir a identidade do indivíduo com um determinado grupo social, um sistema de valores definido. Isso é, são formas partilhadas no interior de um grupo e assinaladoras de sua individualidade com relação a outros grupos sociais. Se um indivíduo deseja integrar o grupo, deve partilhar, além de suas atitudes e valores, a linguagem característica desse grupo. Nesse caso, determinadas formas de linguagem se investem de um *status* particular, embora sejam desprovidas de prestígio na comunidade lingüística em geral.

A comunidade lingüística como educadora

Examinada a emergência do prestígio e do preconceito lingüísticos no mirante do problema da avaliação lingüística, passemos, agora, a considerar a questão da comunidade lingüística como educadora, da transmissão lingüística e a questão de como a escola pode situar-se diante da influência da comunidade lingüística a que seus alunos pertencem.

Nos termos labovianos, a fonte primária da transmissão das formas lingüísticas é a rede familiar e, depois, a patota (*peer groups*) e a cultura das ruas. A influência da patota se sobrepõe, inclusive, à influência da escola, fonte institucionalizada da aprendizagem lingüística. Sobrepõe-se, assim também, à influência da mídia, amplamente reconhecida como um dos principais meios de influência lingüística na sociedade moderna. Algumas pesquisas revelam que as crianças que se deslocam para outras vizinhanças ou lugares tendem a

---

[15] Cf. PAIVA, Maria da Conceição de. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). *Introdução à sociolingüística* – o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003. p. 40.

falar como os novos grupos de relacionamento e não como seus pais. Contudo, não se deve deixar de lado a influência da socialização em termos da inserção do indivíduo numa rede social, que compreende também a vizinhança, o trabalho, a igreja, as associações etc.

Labov[16]sustenta que a transferência de valores e de informações sobre a língua por parte de professores e educadores é muito difícil, apesar do fato de que estes – em princípio – disporiam de uma quantidade mais apreciável e mais sistemática de conhecimento sobre questões lingüísticas do que o público em geral. Além disso, haveria um outro agravante: o fato de que as informações disponibilizadas pelos lingüistas em trabalhos sobre dialetos não-padrão, quando acessíveis, são utilizados de modo não acurado e estereotipado nos livros didáticos e nos currículos, o que dificulta o trabalho do professor em entender a variedade lingüística que seus alunos trazem para a sala. Os professores também não têm uma noção clara de como operam as redes de patota em que seus alunos se inserem, já que o efeito dessas redes costuma ser diluído e disperso em sala de aula.

Uma das conclusões apontadas pela pesquisa sociolingüística, sublinha Labov, é a de que se a escola falha, a comunidade pode exercer uma função educativa considerável. A ação da comunidade como educadora se verifica em condições muito particulares: quando falantes de dialetos desprestigiados lidam e negociam com falantes de dialetos prestigiados, eles, inconscientemente, adquirem as regras lingüísticas que a própria escola falhou em ensinar.

Uma das formas de se reverter esse quadro, para Labov[17], seria transformar a

> língua da sala de aula em uma propriedade comum de todas as classes sociais e grupos étnicos; livre da identificação com o estilo masculino e feminino; neutra em relação à oposição entre a alta cultura e a cultura popular; independente de outros processos de socialização do sistema escolar e restauradora do vigor da vida cotidiana. Um passo nessa direção é rejeitar os símbolos socialmente significativos que carregam esse peso social.

---

[16] Cf. LABOV, William. The community as educator. In: LANGER, J. (Ed.), *Proc. of the Stanford Conference on Language and Literature*. Norwood, NJ: Ablex, 1987. p. 145.

[17] Cf. op. cit., p. 145.

Evidências de uma pesquisa exploratória sobre crenças e atitudes lingüísticas

Nesta seção final, reservamos um espaço para apresentar os resultados de uma pesquisa empírica sobre testes de crenças e atitudes, a partir dos quais emergiram interessantes facetas sobre como alunos e professores se situam diante da questão do prestígio e do preconceito lingüísticos.

Em recente tese de doutoramento, Cyranka[18] desenvolveu um trabalho de campo aplicado a alunos da oitava série do Ensino Fundamental de cinco escolas públicas do Município de Juiz de Fora-MG, contrapondo os resultados obtidos àqueles de alunos da rede particular. Para tanto, valeu-se da metodologia sociolingüística de elaboração de testes de crenças e de atitudes, submetidos a rigorosos programas de estatística[19].

Dentre as questões motivadoras da pesquisa, Cyranka procurou obter evidências que corroborassem ou não a hipótese de "uma correlação entre as crenças dos professores sobre o que são língua, variação e aprendizagem lingüística e as crenças e atitudes dos alunos sobre sua própria variedade dialetal"; buscou, ainda, verificar se as crenças dos professores teriam "algum reflexo nas atitudes desfavoráveis do aluno em relação à própria capacidade de domínio das variantes padrão" [20].

Um dos pressupostos fundamentais do estudo foi o de que as discussões sobre a rejeição da escola em relação ao dialeto do aluno deveriam ser examinadas à luz do problema da avaliação lingüística, uma vez que a baixa auto-estima do aluno - em grande parte originada pelo desprestígio conferido à sua variedade dialetal, pelo conflito sócio-cultural entre os dialetos e pela própria noção de preconceito lingüístico – está estreitamente associada ao valor social atribuído às variantes, ao grau de consciência acerca da variação dialetal e à crença na superioridade da escrita em relação à fala.

---

[18] Cf. CYRANKA, Lúcia Furtado de Mendonça. *Atitudes lingüísticas de alunos de escolas públicas de Juiz de Fora - MG*. 2007. 174 f. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos)_Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Tese orientada por Roncarati.

[19] Para um detalhamento da distinção entre atitude e crença e, assim também, da engenharia dos testes de crenças e de atitudes veja-se a referida tese. Esclareça-se que o teste de crenças foi aplicado a alunos, a professores e a formandos em Letras.

[20] Cf. op. cit. , p. 18.

Com relação ao teste de atitudes, os resultados, entre outros, destacaram que os alunos:

> (i) manifestam uma forte identificação com a sua própria variedade lingüística (a variedade urbana[21]), o que comprova a tese do prestígio encoberto;
> (ii) tendem a identificar a variedade culta à dimensão de poder, evidência esta mais nítida em relação aos alunos da zona rural;
> (iii) estabelecem uma clara distinção entre o valor de uma variedade orientada para a ascensão social, e o valor de uma variedade orientada para a identificação com o grupo de origem, a solidariedade.

Quanto ao teste de crenças, os resultados salientes atestam que os alunos demonstram alto grau de inibição relativamente à própria competência de uso da língua: consideram que não falam nem escrevem bem, e condicionam tal comportamento à deficiência de aprendizagem de regras gramaticais e ortográficas. Já os professores tendem a rejeitar a variedade de seus alunos, contribuindo, assim, para reforçar a incapacidade de expressão de seus alunos segundo os padrões escolares esperados; os formandos em Letras, ao contrário, demonstram menor grau de preconceito lingüístico.

Os resultados, como um todo, apontaram que os alunos estão em "conflito entre a aprovação de sua variedade lingüística (teste de atitudes) e a declaração de que não sabem escrever, nem falar bem (teste de crenças)[22]". Para Cyranka, esta evidência atesta que o sistema de crenças tanto dos alunos quanto dos professores também está sendo construído na direção oposta à que a escola pretende. Os resultados corroboram, portanto, a pressuposição de que as crenças dos professores e as crenças e atitudes dos alunos influenciam o processo de aquisição da variedade culta da língua, resultado este que põe em relevo a importância de se fundamentar a prática do trabalho com a língua materna com sólidas bases de estudos sociolingüísticos.

---

[21] No sentido atribuído por Bortoni-Ricardo, que prevê um *continuum* entre as variedades rural e urbana Cf. BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna*: a sociolingüística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004. p. 61-70.

[22] Cf. CYRANKA, op. cit., p. 124.

Considerações finais

Esperamos, com este artigo, ter levantado alguns aspectos de relevo que possam ter a virtude de demonstrar, ainda que muito brevemente, a pertinência da abordagem sociolingüística para a explicação e a compreensão do problema da avaliação lingüística que subjaz à questão do prestígio e do preconceito lingüísticos, uma das metas a que se propõe a agenda da pesquisa sobre os usos variáveis e funcionais da língua e sobre a mudança lingüística.

ABSTRACT

This article focuses on the definition of the linguistic prestige, and on its counterpart, lhe linguistic prejudice, in different areas of the knowledge, poiting out the correlation between them in the core of the linguistic evaluation problem in the light of Sociolinguistics. The labovian vision of the linguistic community as educator is also presented. Furthemore, evidences of linguistic prejudice in an exploratory research about attitude and belief tests applied to students and teachers are brought.

KEY-WORDS: Linguistic prestige and prejudice; the problem of linguistic evaluation; linguistic community; attitude test; belief test.

Recebido em 15/04/2008
Aprovado em 05/06/2008